

**Transparência e Integridade, Associação Cívica**

Rua Leopoldo de Almeida 9B,

1750-137 Lisboa

[secretariado@transparencia.pt](mailto:secretariado@transparencia.pt)

**Exmo. Sr. Ministro da Educação,  
Doutor Tiago Brandão Rodrigues**

Av. 5 de Outubro 107, 13º

1069-018 Lisboa

[gab.ministro@medu.gov.pt](mailto:gab.ministro@medu.gov.pt)

**Data:** 13/11/2017

**Assunto:** Qualidade das refeições nas cantinas escolares

Exmo. Sr. Ministro da Educação,

A Transparência e Integridade, Associação Cívica, representante portuguesa da rede global de ONG anti-corrupção Transparency International, assistiu com surpresa e enorme preocupação a um conjunto de notícias vindas a público nos últimos dias indicando que alunos de várias escolas básicas e secundárias do país estarão a ser sujeitos a procedimentos disciplinares e/ou punidos por terem denunciado, com prova fotográfica, a má qualidade da comida servida nas cantinas escolares.

A educação para a cidadania, na qual o Ministério da Educação desde há vários anos tanto se tem empenhado, começa seguramente por estimular os jovens cidadãos portugueses a conhecerem os seus direitos e a denunciarem quaisquer situações que, na sua ótica, violem ou ameacem esses direitos, cumprindo assim um dever de participação cívica e de alerta que é a base elementar de uma cidadania plena, informada e exigente.

Que haja diretores escolares a punir estes jovens pelo bom serviço cívico que prestam é a antítese de uma educação para a cidadania e desqualifica, não os alunos, mas os responsáveis escolares de servirem numa escola civilizada, própria de um Estado de Direito democrático. É obviamente compreensível que o Estatuto do Aluno (Art.º 10, alíneas s e t) restrinja a captação e difusão de imagens no espaço escolar, como forma de preservar o direito à privacidade ou imagem de terceiros, mas é igualmente óbvio que não só os alunos que fotografam ou filmam as refeições recebidas nas cantinas não ofendem quaisquer direitos de terceiros – antes os defendem e afirmam – como, nos casos em que eventualmente haja captação de imagens de terceiros, ela ocorre ao serviço de um bem superior, de denúncia de irregularidades e de participação cívica que deve ser estimulada e celebrada, nunca punida.

Para além disso, é hoje evidente que há mérito em muitas das denúncias de má qualidade das refeições escolares, o que levanta vivas preocupações a pais, alunos e à sociedade em geral.

Por tudo isto, vimos por este meio solicitar a V. Exa., com carácter urgente:

1- Que diligencie de imediato no sentido de identificar todas as circunstâncias em que alunos tenham sido alvo de procedimentos disciplinares por denunciarem a má qualidade das refeições escolares; e que essa recolha seja tornada pública, identificando o número de procedimentos abertos, as punições determinadas e as escolas em que ocorreram;

2- Que intervenha junto dos estabelecimentos escolares no sentido de fazer cessar todos os procedimentos disciplinares que estejam em curso e revogar toda e qualquer punição que a este propósito tenha sido exercida sobre os alunos, determinando que os diretores escolares envolvidos peçam desculpas aos estudantes alvo destes procedimentos;

3- Que preste explicações públicas e cabais sobre os critérios que levaram à adjudicação do fornecimento de refeições escolares às empresas envolvidas neste negócio, de uma forma que aparenta ter criado um cartel ou uma situação de quase monopólio, e explique que níveis de serviço estão impostos às empresas envolvidas no que toca à quantidade e qualidade das refeições fornecidas, nomeadamente publicando:

a) Todos os anúncios de abertura de concursos relativos ao fornecimento de refeições escolares, programas dos concursos e cadernos de encargos;

b) Todos os relatórios de avaliação de propostas para cada procedimento concursal relativo ao fornecimento de refeições escolares;

c) Todos os contratos firmados com adjudicatários (incluindo adendas e anexos);

d) Todos os relatórios de acompanhamento e/ou de avaliação do desempenho dos fornecedores/prestadores de serviços;

e) Toda a restante documentação ou informação que se revele útil para atestar a inteira transparência dos procedimentos concursais, de forma a tranquilizar pais, alunos e a sociedade civil sobre a lisura e a integridade dos ditos processos de contratação.

4- Que preste explicações públicas e cabais sobre que controlos e verificações são exercidas pelo Ministério da Educação, no âmbito da implementação dos contratos de fornecimento de refeições escolares, ao serviço prestado pelas adjudicatárias, nomeadamente indicando quantas inspeções ou outras ações de controlo foram levadas a cabo pelo Ministério da Educação durante a vigência destes contratos, sem prejuízo de outras ações inspetivas a cabo de outras entidades, como a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Por último, a Transparência e Integridade apela a V. Exa. para que desenvolva e implemente procedimentos e mecanismos sólidos para o reporte de irregularidades nas escolas e organismos do Ministério da Educação – que podem ir de ocorrências de *bullying* a casos de vandalismo ou à má utilização ou roubo de bens, equipamentos e verbas públicas. Tais procedimentos e mecanismos são fundamentais para que alunos, pais, professores, funcionários, prestadores de serviços e outros possam, em segurança e de forma eficaz, alertar para a existência de problemas e contribuir para a sua resolução, sem necessidade de recorrerem à publicitação nas redes sociais, e a salvo de punição ou perseguição.

Atenta a experiência e conhecimento da Transparência e Integridade e dos nossos parceiros da rede Transparency International nas melhores práticas internacionais em matéria de políticas e sistemas de *whistleblowing*, desde já colocamos-nos ao dispor de V. Exa. para colaborar nesse trabalho, de modo a garantir que nunca mais cidadãos conscienciosos e de boa fé sejam punidos ou perseguidos por cumprirem a sua responsabilidade cívica de denunciarem situações que considerem impróprias.

Cientes de que V. Exa., tal como a Transparência e Integridade, partilhará da preocupação e sentido de urgência em relação à situação exposta, aguardamos a V. resposta com a urgência justificada.

Com os melhores cumprimentos,



João Paulo Batalha

Presidente da Transparência e Integridade